

Ministério da Saúde



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia

Pesquisa para o SUS
Mais Conhecimento, Saúde para o Brasil

Série C. Projetos, Programas e Relatórios

Brasília – DF
2004





© 2004 Ministério da Saúde.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Série C. Projetos, Programas e Relatórios

Tiragem: 1ª edição - 2004 - 10.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, sala 834
CEP: 70058-900, Brasília - DF
Tels.: (61) 315 2637/ 2273
Fax: (61) 315 3463
Home page: <http://www.saude.gov.br/sctie/decit>

Equipe técnica de elaboração:

Suzanne Jacob Serruya
Carla Valéria Martins Rodrigues
Cristianne Aparecida Costa Haraki
Flávia Tavares Silva Elias
João Carlos Saraiva Pinheiro
Márcia da Luz Motta
Maria Beatriz P. S. de Amaro
Regina Célia Borges de Lucena

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia.

Pesquisa para o SUS: mais conhecimento, saúde para o Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

32 p.: il. color. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)

ISBN 85-334-0768-8

1. Ciência, Organização e Administração. 2. Política de Saúde. 3. Pesquisa sobre Serviços de Saúde. I. Brasil. Ministério da Saúde. II. Brasil. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. III. Título. IV. Série.

NLM W 82

Catálogo na fonte – Editora MS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
POR QUE PRIORIZAR A ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE?	6
O QUE É PESQUISA PARA O SUS?.....	10
QUAIS FORAM AS PESQUISAS REALIZADAS?	12
QUAIS FORAM AS DOENÇAS, AGRAVOS E POLÍTICAS ESTUDADAS?.....	14
QUAIS SÃO AS NOVAS PERSPECTIVAS DO PROJETO PESQUISA PARA O SUS?	22
RELAÇÃO DE PESQUISAS FINANCIADAS ATÉ MAIO DE 2004	23
ALAGOAS	24
BAHIA	24
CEARÁ	25
MINAS GERAIS	26
MATO GROSSO DO SUL.....	27
PARAÍBA	28
PERNAMBUCO	29
PIAUÍ	29
SANTA CATARINA	30
SERGIPE	31



APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento científico e tecnológico é considerado um dos alicerces mais importantes para o aprimoramento das ações e serviços de saúde. A trajetória da pesquisa em saúde no país aponta, por um lado, para a consolidação de intensa produção científica e base altamente qualificada de recursos humanos e, por outro, acusa a baixa incorporação dos conhecimentos e tecnologias produzidos às ações e serviços de saúde. O Ministério da Saúde implantou, em 2001, o Projeto Gestão Compartilhada em Ciência e Tecnologia, que, entre outras atividades, promoveu o financiamento de 148 pesquisas prioritárias para a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em 10 estados. Inicialmente, as linhas temáticas orientaram-se nas Agendas de Saúde, tanto nos âmbitos nacional como estaduais. Naquele momento, pela ausência de instrumentos formais específicos para definição de prioridades de pesquisa em saúde, as Agendas de Saúde, como instrumentos desenvolvidos para o aprimoramento da gestão do SUS, foram consideradas apropriadas para orientar esse processo, em razão de seus componentes técnico, político e de construção pactuada com a sociedade.

Em 2004, o Projeto ganha uma nova denominação e passa a ser chamado de **Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde**, e um novo formato, ampliando-se para todas as unidades federativas do país em consonância com as novas diretrizes estabelecidas

para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Entre elas, destaca-se a construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, que passa a orientar a definição de linhas temáticas, respeitando-se as vocações regionais de pesquisa em saúde. Além disso, a exigência de contrapartida financeira dos estados participantes visa firmar o compromisso das instâncias estaduais de ciência e tecnologia (C&T) com o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde. A participação de representantes dos sistemas estaduais de saúde e de C&T no processo decisório sobre o financiamento pretende garantir a seleção de pesquisas potencialmente capazes de intervir sobre problemas locais.

Esta publicação apresenta um olhar sobre o trabalho já desenvolvido, bem como as perspectivas futuras do Pesquisa para o SUS. Além da divulgação das pesquisas realizadas, o documento corrobora a importância do Projeto, inserido, agora, num cenário favorável à condução, pelo Ministério da Saúde, da política de pesquisa no país. Cabe destacar, ainda, que a ampliação do Pesquisa para o SUS só foi possível graças à parceria efetiva das esferas do governo na condução desse processo. Isso tem sido fundamental para o alcance de metas comuns, tais como o aprimoramento de políticas públicas de saúde e a melhoria das condições de saúde da população.



Reinaldo Guimarães

Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia

POR QUE PRIORIZAR A ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE?

As atividades de pesquisa em saúde, apesar de representarem mais de 30% do esforço em pesquisa no país, não contam com investimentos suficientes nem instrumentos formais que permitam aos pesquisadores orientar seus estudos segundo as necessidades da população.

O Brasil tem uma grande tradição de pesquisa na área de saúde. A cada ano são estudados novos meios de prevenção e controle de várias doenças, além de estratégias para melhoria das políticas, programas e serviços de saúde. A maior parte desses estudos é realizada em instituições públicas de pesquisa e financiada pelo governo, por meio de suas **agências de fomento** e demais órgãos.

No fomento à pesquisa, destacam-se:

No plano federal, a atuação do Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); o Ministério da Saúde e suas instituições, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério da Educação, que, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), contribui para a formação de recursos humanos em pesquisa.

No plano estadual, as fundações e fundos de amparo à pesquisa exercem papel fundamental na consolidação das pesquisas desenvolvidas em nível local.

O Ministério da Saúde vem participando ativamente das ações de **ciência, tecnologia e inovação** em saúde no país desde 2000, com a criação do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit). Na atual gestão, essa área foi priorizada, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), que tem entre suas competências a de formular, implementar e avaliar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Dessa forma, busca-se garantir o pleno desenvolvimento da pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico em saúde.

Há muitos desafios a serem enfrentados para o fortalecimento da pesquisa em saúde no país. As atividades de pesquisa em saúde, apesar de representarem mais de 30% do esforço em pesquisa no país, não contam com investimentos suficientes, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, não existem instrumentos formais que permitam ao pesquisador orientar seus estudos segundo prioridades de saúde da população.

Ciência e tecnologia: conceito amplo que compreende ações conexas de geração, difusão e aplicação de novos conhecimentos em todos os campos do saber, inclusive educação, gestão, informação, normalização, patentes, estudos e outras atividades ligadas à inovação e difusão tecnológica.
(Adaptado de "Organization for Economic Co-Operation and Development", 1994.)

Inovação: introdução no mercado de produtos, processos, métodos ou sistemas não existentes anteriormente ou com alguma característica nova e diferente das até então em vigor (Financiadora de Estudos e Projetos, 2002).

No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, repete-se a problemática identificada pelos órgãos internacionais de pesquisa em saúde. Ou seja, somente 10% dos recursos financeiros mundiais para pesquisa em saúde são direcionados para estudos em doenças e agravos que afetam 90% da população. Esse quadro expressa uma **disparidade** que pode ser minimizada pela priorização de temas de pesquisa e implementação de uma política para o setor.

O primeiro passo para a construção definitiva de uma política que oriente essas ações já foi dado: a área de C&T ocupa hoje um espaço privilegiado no Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Para tornar essas ações mais abrangentes, vem se estabelecendo a integração entres os diversos ministérios relacionados à pesquisa, com o da Ciência e Tecnologia, da Educação, do Meio Ambiente e outros.

Disparidade 10/90. A Organização Mundial da Saúde - OMS (*WHO Ad Hoc Committee on Health Research*) publicou, em 1990, relatório que apresenta a discrepância entre o financiamento destinado à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em saúde e a magnitude da carga das doenças no mundo.

A participação efetiva dos diversos atores na definição de políticas e programas em ciência e tecnologia, de forma democrática e voltada para os principais problemas e desafios em saúde do país, tem sido fundamental.

Em 2004, o Decit ampliou os recursos à pesquisa em saúde, destinando cerca de R\$ 68 milhões ao fomento de atividades de C&T em saúde, tais como: apoio a pesquisas importantes para o Sistema Único de Saúde (SUS); fortalecimento do sistema de revisão ética de pesquisas que envolvam seres humanos; elaboração, junto com diversos setores da sociedade, da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde; apoio a pesquisas e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e testes diagnósticos, realização da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, cuja etapa nacional foi realizada em julho de 2004.

2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

A 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde mobilizou profissionais, instituições e gestores ligados à pesquisa em saúde em torno da construção de uma política para essa área no país.

“A Conferência foi o momento em que o controle social deu sua opinião sobre a política do Ministério da Saúde no campo científico e tecnológico”, avalia Reinaldo Guimarães, diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia. Durante o evento, realizado dez anos após a primeira edição, foi estabelecida a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, dois instrumentos que nortearão as ações da área nos próximos anos.





O QUE É PESQUISA PARA O SUS?

Atividades de fomento descentralizado à pesquisa nos estados, em parceria com as fundações de amparo à pesquisa (FAPs) e secretarias estaduais de saúde (SES), que consistem na seleção e financiamento de projetos relevantes para o SUS.

O Ministério da Saúde, por meio do Decit, desenvolve atividades de fomento descentralizado à pesquisa nos estados. Para isso, são repassados recursos financeiros às **FAPs** que, em parceria com as **SES**, lançam editais para seleção de projetos relevantes para o SUS.

As FAPs são entidades que viabilizam recursos para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas e representam, no plano estadual, o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na primeira etapa do Projeto, chamada de Gestão Compartilhada em Ciência e Tecnologia em Saúde, entre 2002 e 2003, participaram os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e Sergipe. Foram financiadas 148 pesquisas, envolvendo 52 instituições. Mais de 60% dessas pesquisas tratam de temas relacionados a doenças e agravos, sistemas e políticas de saúde.

Nesse primeiro momento, apoiaram-se, também, ações para fortalecer a gestão de C&T nas SES, como cursos de capacitação para técnicos e gestores das SES e FAPs. Nas SES, foi implantada infra-estrutura para execução de ações relacionadas à C&T em saúde, o que resultou na criação de núcleos de C&T no organograma de diversas secretarias estaduais, como no Ceará, Minas Gerais, Paraíba e Sergipe. “A criação de uma instância de Ciência e Tecnologia representou o início da mudança de paradigma na Secretaria de Sergipe, bem como o fortalecimento da saúde preventiva pelo fomento do conhecimento científico e

tecnológico em saúde no nosso estado”, afirma Regina Andrade, coordenadora do Núcleo de Ciência e Tecnologia em Saúde na SES-SE. Portanto, a gestão compartilhada trouxe resultados importantes para o desenvolvimento da C&T na saúde, fortalecendo inicialmente os estados menos desenvolvidos para, em seguida, ampliar as parcerias.

Em 2004, o Projeto Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde pretende disseminar o fomento descentralizado em saúde para todas as regiões do país e, assim, potencializar os resultados obtidos e promover o desenvolvimento científico e tecnológico no país voltado para as necessidades da população.





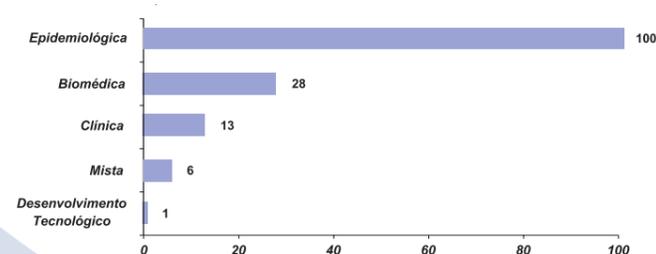
QUAIS FORAM AS PESQUISAS REALIZADAS?

Os projetos abordam diversos temas e pertencem a diferentes áreas de conhecimento, cujo fio condutor é a relevância para a gestão do Sistema Único de Saúde.

Os projetos selecionados até o momento totalizam 148. Os estados do Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Pernambuco somam quase 60% desse total, respondendo por 85 projetos apoiados. Com relação ao tipo de pesquisa, a maior parte dos projetos, cerca de 68% (n=100), refere-se à pesquisa epidemiológica, enquanto que 19% são pesquisas biomédicas (n=28). As pesquisas clínicas, de desenvolvimento tecnológico e mistas, que associam vários desses tipos, somam 13% do total, conforme gráfico a seguir:

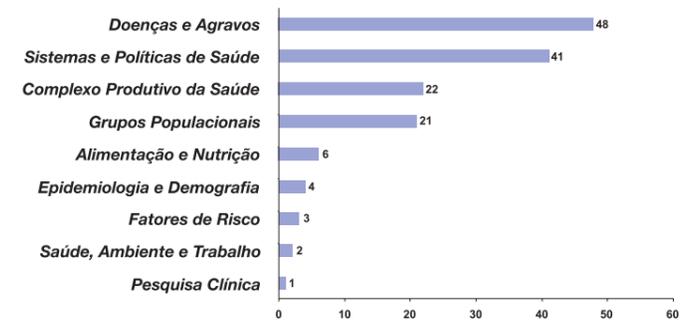
A distribuição por subagendas da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde mostra que mais de 60% dos projetos se referem a duas subagendas: a de doenças e agravos (32,4%) e a de sistemas e políticas de saúde (27,7%). Entre os 48 projetos da subagenda doenças e agravos, 27 são de doenças transmissíveis e 17 sobre doenças não-transmissíveis. Os quatro demais projetos são das áreas de saúde mental e trauma e violência. Na subagenda de sistemas e políticas de saúde, 28 projetos pertencem ao subitem sistemas e políticas de saúde e 13 à gestão do trabalho e educação em saúde, totalizando 41 projetos. Há ainda uma parcela importante de pesquisas relacionadas

Distribuição do número de projetos de pesquisa segundo o tipo de pesquisa

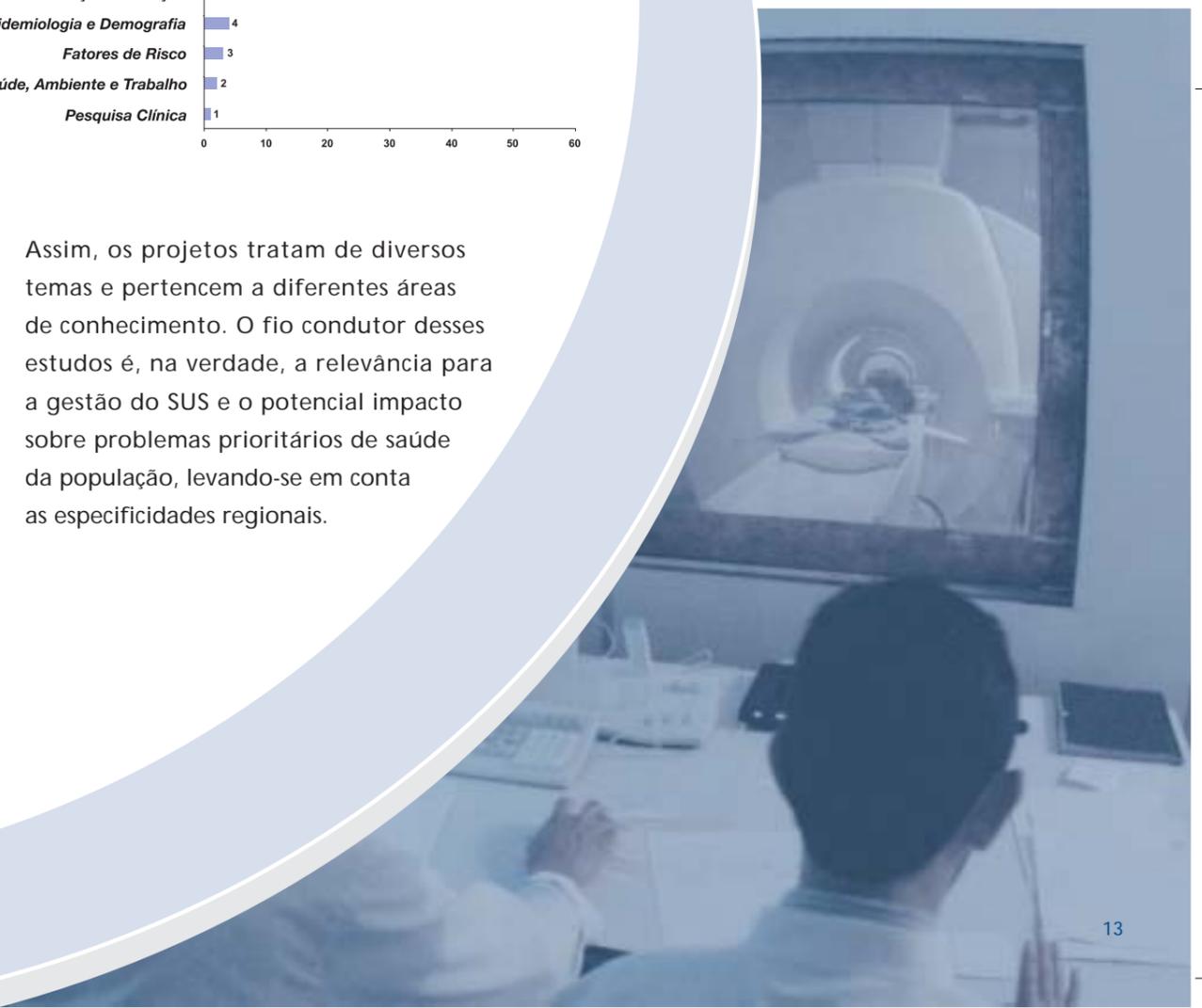


às subagendas de complexo produtivo da saúde e cuidados à saúde de grupos populacionais especificados, respectivamente 22 e 21 projetos, conforme o gráfico abaixo:

Distribuição do número de projetos de pesquisa segundo as subagendas da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde



Assim, os projetos tratam de diversos temas e pertencem a diferentes áreas de conhecimento. O fio condutor desses estudos é, na verdade, a relevância para a gestão do SUS e o potencial impacto sobre problemas prioritários de saúde da população, levando-se em conta as especificidades regionais.



QUAIS FORAM AS DOENÇAS, AGRAVOS E POLÍTICAS ESTUDADAS?

Os eixos de doenças e agravos prioritários e de políticas de saúde estiveram presentes como linhas temáticas em todos os editais lançados, resultando no apoio a várias pesquisas voltadas para problemas de impacto local ou nacional.

O Brasil apresenta um complexo padrão de **transição epidemiológica**, com características como permanência de grandes endemias em algumas regiões do país, taxas de mortalidade ainda altas quando comparadas às dos países desenvolvidos e importantes variações geográficas quanto aos padrões epidemiológicos e aos serviços de saúde.

Apesar das evidentes desigualdades nas formas de adoecer e morrer, relacionadas diretamente às condições de vida da população, não há instrumentos formais que orientem a realização de pesquisas voltadas para os problemas mais relevantes. Em geral, as pesquisas são realizadas em função de uma série de motivações, que incluem desde as escolhas pessoais do pesquisador até o conjunto de informações científicas que norteiam diretamente essas motivações. Por isso é importante definir temas prioritários

Conceito relacionado às mudanças no padrão de mortalidade ocorridas à custa da progressiva substituição de doenças infecciosas por doenças crônico-degenerativas e causas externas como principais causas de morte, particularmente nos países industrializados (Omran, 1971).

como mecanismo indutor, oferecendo direção prévia à solicitação dos pesquisadores, com ênfase em problemas relevantes e originais de investigação.

Nos anos de 2002 e 2003, o eixo de doenças e agravos prioritários foi a linha temática em todos os editais lançados. Isso resultou no apoio a várias pesquisas voltadas para doenças de impacto local ou nacional. O acompanhamento do Ministério da Saúde, em oficinas organizadas pelos estados, permitiu maior intercâmbio entre os produtores e os usuários dos resultados

de pesquisas. Demonstram-se a seguir algumas experiências:

Grandes endemias: velhos problemas, novas perspectivas

Um exemplo de estudo em endemias existe em Pernambuco, onde uma pesquisa analisa o comportamento da esquistossomose mansônica em focos litorâneos do Estado. Considerada uma endemia rural, essa doença vem se expandindo para vários municípios do litoral, repercutindo gravemente sobre a saúde da população. O estudo, intitulado "Diagnóstico epidemiológico e controle da esquistossomose em focos litorâneos de Pernambuco", é coordenado pela pesquisadora Constança Barbosa, do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Na primeira fase, gestores e técnicos em saúde de municípios com focos litorâneos foram capacitados no diagnóstico laboratorial e operacional para o controle da esquistossomose. Em seguida, foram estudados focos de maior transmissão, com seleção de uma área de alto risco para aplicação de uma estratégia de controle. Assim, espera-se desenvolver formas de controle da doença que sejam adequadas às novas características e formas de

transmissão em áreas urbanas.

Um dos agravos mais importantes e que vem sendo estudado nas pesquisas é a Aids. Identificada pela primeira vez no Brasil na década de 80, a doença passou por várias mudanças em sua incidência e nos grupos mais afetados. Com a melhoria no atendimento nos serviços de saúde e acesso gratuito à terapia anti-retroviral, o quadro da epidemia de Aids teve uma melhora, com redução da morbimortalidade dos portadores do HIV/Aids e o aumento da sobrevida. Dois estudos no Ceará focalizam a questão da atuação dos serviços de saúde no atendimento e tratamento da doença.

A pesquisa coordenada por Lígia Pontes e desenvolvida na Universidade Federal do Ceará é uma delas. Os profissionais atuantes no Programa de Saúde da Família (PSF) em Fortaleza foram entrevistados, por metodologia qualitativa, quanto a questões culturais, de sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids. Com o objetivo de compreender o tipo de diálogo estabelecido com a população na abordagem da doença, o trabalho pretende formar uma ação capacitadora desses profissionais, de forma que eles possam abordar a doença da melhor forma. Em Mato Grosso do Sul, são estudados aspectos relativos ao conhecimento e práticas de risco e infecção pelo HIV em dois grupos populacionais específicos: a população carcerária e os homens que fazem sexo com homens.

Ainda sobre o mesmo tema, há outro trabalho no Estado, "Avaliação do processo de trabalho realizado nos serviços de assistência especializada em HIV/Aids e sua articulação com o PSF", cuja coordenação é da pesquisadora Lucilane Sales, da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

A pesquisa investigou a articulação do Serviço de Assistência Especializada

em HIV/Aids com o PSF nos municípios de Fortaleza e Sobral. Para isso, será feita a observação direta dos serviços, seguida por entrevistas com os profissionais de saúde. Com isso, busca-se conhecer a integração entre os serviços e oferecer sugestões para a melhoria do PSF.

Entre as doenças transmissíveis com quadro de persistência, destaca-se a tuberculose. Embora presente, nas últimas décadas, uma certa estabilidade na ocorrência de casos no país, a doença ainda é preocupante, principalmente por estar, muitas vezes, associada à Aids e por apresentar casos de resistência às drogas tradicionalmente utilizadas para seu tratamento.

Um projeto de pesquisa em Sergipe, coordenado pela pesquisadora Rita Trindade, da Universidade Federal de Sergipe, pretende analisar o perfil de resistência da bactéria causadora, *Mycobacterium tuberculosis*. Serão estudadas as drogas utilizadas no seu tratamento e alguns extratos de plantas utilizados pela população no tratamento da doença, como sacatinga e mangaba. Espera-se, com isso, determinar o perfil de resistência do microorganismo e, posteriormente, possibilitar a produção de fitoterápicos

baratos e seguros para tratamento da tuberculose. Em Pernambuco, estão sendo desenvolvidas, pela pesquisadora Haiana Schindler, novas formas de diagnósticos imunológico e molecular na tuberculose pediátrica. Com isso, será possível detectar a doença de forma precoce em crianças e adolescentes, bem como pacientes que não são diagnosticados pelos métodos tradicionais.

Outros agravos, como violência doméstica e alcoolismo, também são alvo das pesquisas em Pernambuco e Santa Catarina. Algumas delas estendem-se a grupos populacionais específicos, considerando que existem parcelas da população mais vulneráveis a determinados riscos, demandando assim uma análise diferenciada e intervenções específicas.

A saúde das populações indígenas e de assentadas é abordada em pesquisas desenvolvidas em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com enfoque nos problemas nutricionais e de atenção à saúde nesses grupos. No Ceará, uma das pesquisas estudou o acesso de pessoas portadoras de deficiência física e/ou sensorial aos serviços de saúde.

Coordenado pela pesquisadora Lorita Pagliuca, da Universidade Federal do Ceará, o estudo verificou esse acesso tanto nas condições da via pública quanto no interior dos prédios dos serviços de saúde. Foram constatadas diversas barreiras físicas e de comunicação que dificultam o pleno acesso dos portadores de necessidades especiais aos serviços de saúde.

No Piauí e em Santa Catarina, três estudos tratam da mortalidade materna, observando aspectos como perfil dos óbitos nos estados e medidas de controle a serem adotadas pela gestão de saúde. No Ceará, um estudo enfoca a questão da qualidade de vida entre mulheres portadoras de câncer de mama e de colo do útero. Em Santa Catarina, há uma proposta de melhorar o diagnóstico de câncer de mama, contribuindo para o tratamento precoce e redução da mortalidade pela doença no estado.

Pesquisa integrada: unindo esforços para o controle da leishmaniose em Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul, vários pesquisadores reuniram-se para montar uma Proposta de Pesquisa Integrada em Leishmanioses, uma doença em expansão no Estado. A pesquisa integrada pretende, por meio do envolvimento de profissionais de diversas áreas e atuando de forma interdisciplinar e interinstitucional, consolidar a construção de esforço de pesquisa em leishmanioses em Mato Grosso do Sul. A integração entre a comunidade científica e acadêmica das instituições envolvidas permitiu a construção conjunta de estudos sobre vários aspectos da doença, que serão revertidos em benefício da população.

Participam da iniciativa seis subprojetos integrados, com o objetivo de conhecer o perfil da situação das leishmanioses em Mato Grosso do Sul. Os subprojetos abordam diferentes perspectivas da doença: aspectos clínicos, diagnóstico laboratorial, caracterização genética, vetores e descrição epidemiológica. Destaca-se também a participação de secretarias de saúde e instituições de ensino

e pesquisa de outros estados nos projetos de pesquisa.

Os resultados permitirão um conhecimento mais aprofundado sobre a distribuição e características da doença no Estado, possibilitando a definição local de prioridades. “Esse esforço de pesquisa integrada busca, sem dúvida, propor soluções para os problemas que ocorrem sob as nossas condições sociais, econômicas e culturais, assim como permitir a capacitação e a conscientização quanto à responsabilidade social do pesquisador no sentido de transformar e melhorar as relações sociais no meio em que estão inseridos”, afirma Elizabeth Dorval, coordenadora da Pesquisa Integrada em Leishmanioses.

Plantas medicinais: o conhecimento popular auxiliando o desenvolvimento científico

O uso de plantas medicinais no tratamento e na cura de enfermidades é tão antigo quanto a espécie humana. O país possui uma rica biodiversidade, de forma que, nas regiões menos desenvolvidas e até mesmo nas grandes cidades, plantas medicinais são largamente utilizadas. As pesquisas sobre o assunto permitem a validação científica desse conhecimento empírico,

tornando seu uso mais adequado e eficaz. As pesquisas com produtos naturais, particularmente as plantas que possuem efeito medicinal, têm ganhado cada vez mais importância na comunidade científica. O conhecimento sobre plantas medicinais simboliza muitas vezes o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos.

Das pesquisas apoiadas, 16 referem-se a plantas medicinais e produtos naturais. São estudados os efeitos de seu uso no tratamento de doenças como câncer, doenças cardíacas, diabetes, doenças respiratórias, diarreias, entre outras. Também são estudadas as propriedades de plantas utilizadas com várias finalidades pela população, além da possibilidade do seu uso para o controle de vetores, como é o caso do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

Em Sergipe, entre os nove projetos selecionados, há seis relacionados com fitoterápicos. Um deles, coordenado pelo pesquisador Angelo Antonioli, da Universidade Federal de Sergipe, estuda os efeitos de pelo menos seis plantas sobre a saúde, tais



como efeitos analgésico, antiinflamatório, ansiolítico e antimicrobiano. A avaliação toxicológica e o desenvolvimento de formas farmacêuticas adequadas para a utilização de fitoterápicos pela população também são realizados.

Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Ceará, coordenada pela pesquisadora Leticia Veras, vem estudando aplicações terapêuticas de produtos naturais marinhos, no que diz respeito ao potencial anticâncer dos organismos do litoral cearense. O estudo tem entre as suas perspectivas a possibilidade de isolamento de princípios ativos desses organismos, para futuros testes em seres vivos.

Políticas e programas de saúde: desafios e respostas para o SUS

Apesar dos diversos avanços alcançados durante os 15 anos de implementação do SUS, há ainda um longo caminho a percorrer para garantir um sistema universal, integral e igualitário, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988. Várias políticas e programas são considerados estratégicos nesse sentido: a construção de um novo pacto de gestão descentralizada do Sistema, o reforço da atenção básica, a capacitação dos profissionais e o fortalecimento do controle social figuram entre as prioridades a serem alcançadas.

A descentralização do Sistema atualmente é alvo de estudo de três projetos, na Bahia, Ceará e Mato Grosso do Sul. A idéia desses estudos é avaliar a descentralização como estratégia para a reordenação dos serviços de saúde, com responsabilização das três esferas do governo pelas ações de saúde. No caso do estudo desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o enfoque vai para a descentralização da vigilância sanitária e seus impactos para a política estadual de saúde.

Outro tema bastante pesquisado é a estratégia de Saúde da Família, objeto de 13 pesquisas em andamento, nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Santa Catarina. Vários aspectos são abordados, desde análise de implantação, formação de recursos humanos e repercussão sobre a atenção à saúde da população, até o atendimento a grupos e problemas específicos, como idosos, gestantes, portadores de transtornos mentais, assistência em HIV/Aids e saúde bucal.

A construção de uma política de recursos humanos para o SUS é uma proposta assumida pelo Governo, a qual apresenta alguns elementos importantes apontados por pesquisas do estado de Alagoas. Quatro pesquisas vêm sendo conduzidas na Universidade Federal de Alagoas, tratando da formação de alunos e profissionais de saúde e da proposta de reformulação de ensino médico, com vistas ao atendimento das necessidades do SUS. Em Minas Gerais, são desenvolvidos estudos sobre a distribuição de recursos financeiros e regulação da assistência à saúde, que podem ajudar a melhorar a gestão do Sistema.

QUAIS SÃO AS NOVAS PERSPECTIVAS DO PROJETO PESQUISA PARA O SUS?

Todos os Estados brasileiros estarão envolvidos no apoio a pesquisas prioritárias para o SUS, com recursos da ordem de R\$ 12 milhões mais contrapartida local de cerca de R\$ 9 milhões.

Em 2004, todos os Estados brasileiros participarão do Projeto Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde. Em todos eles serão lançados editais para o fomento a pesquisas baseados em instrumentos para definição de prioridades. O principal deles é a [Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde](#). As linhas temáticas devem considerar também as vocações regionais para pesquisa em saúde e as Iniciativas Prioritárias do Ministério da Saúde para 2004. Com isso, os Estados brasileiros estarão envolvidos no apoio a pesquisas prioritárias para o SUS, com recursos da ordem de R\$ 12 milhões mais contrapartida local de cerca de R\$ 9 milhões.

Os editais serão lançados pelo Ministério da Saúde, em parceria

com o Ministério de Ciência e Tecnologia, FAP e SES. Os projetos serão selecionados por um processo de análise de mérito técnico-científico, a ser realizada por especialistas de cada área, e avaliação de relevância para o SUS, feita de forma compartilhada entre as três instâncias envolvidas. Um sistema informatizado permitirá maior agilidade no cadastro, seleção e acompanhamento de projetos. Essa última etapa contará com seminários de acompanhamento em todos os Estados para divulgação e incorporação de resultados.

Essa é uma iniciativa de descentralização de fomento à pesquisa em saúde, que traz como componente fundamental a gestão compartilhada de ações. A parceria entre as instâncias estaduais de saúde e de C&T e a orientação em instrumentos formais de prioridades de pesquisa permitem o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde voltado para as necessidades reais de saúde da população.

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde encontra-se em elaboração e é um instrumento que tem como um dos objetivos definir prioridades de pesquisa, buscando sua aproximação com a Política Nacional de Saúde, baseada na melhoria das condições de vida da população. Foi referendada na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, realizada em julho de 2004. Mais informações na página: <http://www.saude.gov.br/sctie/decit>

RELAÇÃO DE PESQUISAS FINANCIADAS ATÉ MAIO DE 2004

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

ALAGOAS

1. Antonio Carlos S. Costa	Avaliação da participação dos alunos e do modelo assistencial do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes na construção de um novo processo de formação para os profissionais de saúde e fortalecimento do SUS.	UFAL
2. Carlos Henrique F. Tavares	Avaliação das atividades educativas desenvolvidas com as adolescentes gestantes no pré-natal e na puericultura do HU/UFAL, em prol da redução da mortalidade.	UFAL
3. Carlos Maurício Rocha Barbosa	Distribuição espacial de risco: modelagem da mortalidade infantil em Arapiraca - AL.	UFAL
4. Denise Wanderlei Silva	Epidemiologia e avaliação biomolecular do vírus da hepatite (HCV) causador do hepatocarcinoma em populações do Estado de Alagoas.	UFAL
5. Emerson Santana dos Santos	Avaliação da efetividade do estágio de medicina comunitária no internato do curso de medicina da Escola de Ciências Médicas de Alagoas, na formação do médico com perfil generalista, baseado no modelo saúde da família.	UNCISAL
6. Fernando Antonio G. de Andrade	Situação epidemiológica e qualidade da atenção em oncologia no Estado de Alagoas.	UFAL
7. Rosana Quintella Brandão Vilela	Avaliação da inserção do aluno no modelo assistencial do Sistema Único de Saúde: subsídios para uma proposta de reformulação do ensino médico da UFAL.	UFAL
8. Ana Claire P. Thomaz	Projeto de investigação: mortalidade e morbidade hospitalar em recém-nascidos menores de 1.500 g.	UNCISAL

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

BAHIA

1. Lígia Maria Vieira da Silva	A descentralização e a qualidade da atenção à saúde em dois municípios do Estado da Bahia.	UFBA/ISC
2. José Maximiliano Henriques Sandoval	Alcoolismo: interação/intervenção com pessoas dependentes de bebidas alcoólicas e seus familiares.	UESB/Depto. de Saúde
3. Sílvio Roberto Medina Lopes	Análise da implementação dos conselhos locais de saúde no Programa de Saúde da Família nos municípios do Estado da Bahia.	UFBA/ISC
4. Maria Guadalupe Medina	Análise da implantação do Programa de Saúde da Família no contexto da regionalização da assistência à saúde no Estado da Bahia.	UFBA/ISC
5. Luciana Rodrigues Silva	Bahianut: prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças na Bahia, nos anos de 2003 e 2004.	UFBA/HU Prof. Edgard Santos
6. Fernanda Carneiro Mussi	Compreensão da dor como sintoma prodômico do infarto agudo do miocárdio: vivências da clientela para ações imediatas.	UFBA/Escola de Enfermagem
7. Ana Marlúcia Oliveira Assis	Identificação e análise de riscos e agravos nutricionais à saúde de trabalhadores da indústria.	UFBA/Escola de Nutrição
8. Solange Veloso Viana	Ocorrência de sobrepeso e outros fatores de risco à saúde em trabalhadores do Estado da Bahia.	UFBA/ISC
9. Walberto Herrera Medina	Processo de formação de recursos humanos em saúde: uma análise do curso do Pólo de Capacitação, Formação e Educação Permanente para Saúde da Família - Bahia.	UFBA/ISC
10. Isaac Suzart Gomes Filho	Relação entre doença periodontal em gestantes e nascidos prematuros e/ou de baixo peso.	UEFS/Depto. de Saúde
11. Milena Pereira Pondé	Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade entre crianças de Salvador, Bahia.	Escola de Medicina e Saúde Pública
12. Marilda de Souza Gonçalves	Vigilância epidemiológica de infecções ocorridas em portadores de anemia falciforme.	Fiocruz
13. Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes	Avaliação dos modelos de gestão adotados pelos hospitais públicos do Estado da Bahia na perspectiva de implementação do modelo assistencial de vigilância à saúde.	UFBA/Escola de Administração

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

CEARÁ

1. Aldo Ângelo Moreira Lima	Educação em ações básicas de saúde infantil em uma creche municipal de Fortaleza.	UFC
2. Ana Fátima Carvalho Fernandes	Promoção da saúde e da qualidade de vida da mulher portadora de câncer de mama e colo do útero.	UFC
3. Derlange Belizário Diniz	Monitoramento de risco nutricional em pré-escolares semi-institucionalizadas no município de Fortaleza.	UECE
4. Glauce Socorro de Barros Viana	Avaliação da eficácia do xarope de Chambá, medicamento tradicional utilizado no tratamento de afecções respiratórias.	FMJ
5. Helena Lutécia Luna Coelho	Centro de Farmacovigilância do Ceará: desenvolvendo instrumentos e práticas em farmacovigilância.	UFC
6. João Macedo Coelho Filho	Avaliação de desempenho e definição de escores de uma escala para rastreamento de depressão em idosos no Programa de Saúde da Família.	UFC
7. José Wellington de Oliveira Lima	Nova abordagem do tratamento e controle da (Leishmaniose tegumentar) na serra de Baturité.	UFC
8. Ivelise Regina Canuto Brasil	Ensaio clínico da ação cicatrizante do extrato aquoso de Muracroduron urudeuva (Aroeira-do-Sertão) em pacientes diabéticos com úlcera de membros inferiores.	FMJ
9. Letícia Veras Costa Lotufo	Bioprospecção de drogas com potencial anticâncer em ascídias (chordata) e esponjas (porifera) do litoral cearense.	UFC
10. Lígia Regina Sansigolo Kerr Pontes	O Programa da Saúde da Família na prevenção de situações de complexidade: o exemplo da Aids.	UFC
11. Lucilane Maria Sales da Silva	Avaliação do processo de trabalho realizado nos serviços de assistência especializada em HIV/Aids e sua articulação com o Programa Saúde da Família - CE.	UVA
12. Lorita Marlene Freitag Pagliuca	Acessibilidade da Pessoa Portadora de Deficiência Física e/ou Sensorial aos Serviços de Saúde: Estudo das Condições Físicas e de Comunicação.	UFC
13. Marcelo Gurgel Carlos da Silva	Mortalidade por Causas em Fortaleza: Análise Baseada em Anos Potenciais de Vida Perdidos em 1996-1998.	UECE
14. Márcia Maria Tavares Machado	A relação enfermeiro-paciente no Programa de Saúde da Família: uma avaliação com as equipes de saúde da família do Ceará.	ESP
15. Maria Josefina da Silva	O idoso dependente e o universo do cuidado domiciliar.	UFC
16. Maria Lúcia Barreto Sá	Atividade física e promoção de alimentação saudável para idosos: uma proposta de intervenção em Fortaleza-Ceará.	UECE
17. Maria Salete Bessa Jorge	Saúde mental no Programa Saúde da Família: ações e impacto na promoção da saúde dos clientes.	UECE
18. Maria Valdelice Mota	Descentralização da gestão do sistema de saúde no Estado do Ceará.	UFC
19. Maria Zeneide Barbosa Bezerra	Rápida reaplicação em pesquisa de novos compostos biologicamente ativos (inibidores acetilcolinesterase e compostos com potencial antioxidante).	UFC
20. Mirna Albuquerque Frota	Desnutrição Infantil: educação e prevenção através da família.	UNIFOR
21. Raimunda Magalhães da Silva	Modelo assistencial para mulheres climatéricas: reorientação para a qualidade de vida.	UNIFOR
22. Ricardo José Soares Pontes	Avaliação do Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde no Ceará.	UFC
23. Sílvia Maria Nóbrega Therrien	Gravidez na adolescência: estudo sobre o conhecimento dos adolescentes de escolas públicas e privadas, na cidade de Fortaleza.	UECE
24. Vera Lígia Montenegro de Albuquerque	Avaliação da Visita Domiciliar no Contexto da Saúde da Família.	UNIFOR
25. Vicente de Paulo Aragão Sabóia	Avaliação do efeito anticariogênico e do custo-benefício de três materiais usados como selantes oclusais.	UNIFOR
26. Vicente de Paulo Teixeira Pinto	Avaliação da assistência pré-natal no Programa Saúde da Família de Sobral: estrutura, progressão e resultado.	UFC

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

MINAS GERAIS

1. Antonio Gonçalves Maciel	Distribuição dos recursos do SUS com a assistência ambulatorial e hospitalar e perfil de morbi-mortalidade na região norte de MG.	Unimontes
2. Divane Leite Matos	Estudo das condições de saúde da população do estado de Minas Gerais no ano de 2003.	SES/PUC
3. Eddie Fernando C. Murta	Proposta de inserção de método de biologia molecular para diagnóstico do papilomavirus humano (HPV) no trato genital inferior feminino para prevenção do câncer de colo uterino na rede SUS.	FMTM
4. Elisabeth Barbosa Franca	Mortalidade infantil em MG: avaliação da qualidade da informação de óbitos infantis e da assistência ao parto.	UFMG
5. Leonardo Avritzer	Reinventando mecanismos de inclusão e controle social nos conselhos de saúde.	UFMG
6. Luiz Guilherme Heneine	Desenvolvimento de uma metodologia molecular-sorológica de diagnóstico e sorotipagem de casos de dengue.	Funed
7. Márcia Paranho Veloso	Síntese e avaliação farmacológica de novos análogos da cinamofilina, derivados do safrol, planejados com candidatos a fármacos antiastmáticos e antitrombóticos.	Unifenas
8. Marina Lobato Martins	Genotipagem do sistema rh para a determinação correta do grupo sanguíneo de pacientes e doadores.	Hemominas
9. Nelcy Della Santina Mohallem	Desenvolvimento e otimização de eletrodos de prata para análise de sinais e sistemas biológicos.	UFMG
10. Omar dos Santos Carvalho	Desenvolvimento de um sistema de informação para o estudo, planejamento e controle da esquistossomose no estado de Minas Gerais.	Fiocruz
11. Rosângela Teixeira	Interferon peguillado associado à ribavirina para o retratamento de pacientes portadores de hepatite C crônica que não responderam ou recidivaram ao tratamento prévio com interferon alfa isolado ou associado à ribavirina.	UFMG
12. Suely Meireles Rezende	Caracterização molecular da hemofilia "a" grave e aconselhamento genético como ferramenta para redução da incidência da doença no estado de Minas Gerais.	Hemominas
13. Telma Maria Gonçalves Menicucci	Regulação da assistência à saúde: caso de Minas Gerais.	FJP

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

MATO GROSSO DO SUL

1. Ana Maria Mello Miranda Paniago	<u>Estudo sobre a evolução clínica da Paracoccidiodomicose.</u>	UFMS
2. Cleber Oliveira Soares	Caracterização clínica, epidemiológica e laboratorial da borreliose de Lyme e a coexistência com babesiose em humanos e bovinos no Estado de MS.	Embrapa
3. Dulce Lopes Barboza Ribas	Nutrição, estilo de vida e prevenção de doenças crônicas em população indígena terena.	UFMS
4. Edson Mamoru Tamaki	Descentralização da vigilância sanitária em MS no contexto do SUS: Repercussões e impactos na política estadual e nas práticas de vigilância sanitária.	UFMS
5. Mauricio Antonio Pompilio	População carcerária de Campo Grande - MS: Conhecimento e prática em DST/Aids.	UNIDERP
6. Rivaldo Venâncio da Cunha	Fatores individuais envolvidos no desenvolvimento das formas graves de dengue, Campo Grande, MS.	UFMS
7. Rosana Mara Giordano de Barros	Análise quantitativa de proliferação celular no carcinoma epidermóide bucal através da técnica de marcação de PCNA, P53 e Ki-67. Estudo de casos em MS.	UFMS
8. Vivian Rahmeier Fietz	<u>Perfil epidemiológico e nutricional de famílias assentadas.</u>	UEMS
9. Sônia Maria O. de Andrade	Vulnerabilidade de homens que fazem sexo com homens no contexto da Aids: saber, práticas de risco e infecção pelo HIV.	UNIDERP

MATO GROSSO DO SUL - Pesquisa Integrada em Leishmanioses

10. Ana Lúcia Lyrio de Oliveira	Caracterização clínico-laboratorial e epidemiológica da leishmaniose visceral americana (LVA) nos municípios de Três Lagoas e Campo Grande, Mato Grosso do Sul.	UFMS; UCDB; Fiocruz
11. Cássia Rejane Brito Leal	Desenvolvimento e avaliação de técnicas para o diagnóstico de leishmaniose visceral.	UCDB; UFMS; Fiocruz
12. Alda Maria Teixeira Ferreira	Estudo da diversidade genética de isolados de <i>Leishmania</i> do estado de Mato Grosso do Sul.	UCDB; UFMS; Fiocruz
13. Alessandra Gutierrez de Oliveira	Estudos ecológicos de <i>Phlebotominae</i> (Diptera: <i>Psychodidae</i>) na área urbana do município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	UCDB; UFMS; USP; Fiocruz; Sesau-CG
14. Maria Elizabeth Moraes Cavalheiros Dorval	Estudo epidemiológico sobre leishmaniose tegumentar em área militar no município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2004-2006.	UCDB; UFMS; USP; Fiocruz; Sesau-CG
15. Suely Aparecida Corrêa Antonialli	Ecoepidemiologia da leishmaniose visceral americana e sua distribuição espacial no Estado de Mato Grosso do Sul.	Escola de Saúde Coletiva; Instituto Adolfo Lutz; Uniderp; SMS de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas; SES/MS

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

PARAÍBA

1. Alberto José Santos Ramos	<u>Distúrbios Metabólicos em mulheres com Hiperandrogenismo.</u>	HUAC
2. Aliana Fernandes	<u>Avaliação da Experiência de Regulação Pública do Sistema Local de Saúde do município de Campina Grande.</u>	UEPB
3. Clélia A. S. de Miranda	<u>Avaliação das causas de abandono ao tratamento da hanseníase no Estado da Paraíba.</u>	UFPB
4. José Maria B. Filho	<u>Ensaio Toxicológico Clínico com as Folhas da Cissus Sicyoides, um potencial fitoterápico para tratamento da Diabetes.</u>	UFPB
5. Lino João da Costa	<u>Análise sobre o estágio em que o câncer bucal é diagnosticado, tratamento indicado, tratamento realizado e suas repercussões no prognóstico.</u>	UFPB
6. Márcio de M. Caniello	<u>O Controle Social nos Conselhos Municipais de Saúde da Paraíba.</u>	UFCEG/PPGS
7. Maria José Cariri Benigna	<u>Assistência Materno-Infantil: Influência do Programa de Saúde da Família na Atenção Básica à Saúde.</u>	UEPB
8. Maria de Fátima A. Siqueira	<u>Avaliação do processo de Capacitação do Programa de Saúde da Família.</u>	UEPB
9. Roberto J. de Lima	<u>O Controle Social e a Participação Popular: Uma caracterização do perfil sócio-econômico dos conselheiros municipais de saúde do Estado da Paraíba.</u>	UFPB
10. Vitória Maria Barbosa	<u>A saúde mental na Paraíba.</u>	PMCG/SMS
11. Humberto Silva	<u>Controle Alternativo do Aedes Aegypti com utilização de Extrato do Pereiro (Aspidosperma Refractum Mart).</u>	UEPB
12. Eduardo Barbosa Bezerra	<u>Evolução Populacional, Previsão de Surtos e Resistência de Aedes (Stegomyia) Aegypti (L.,1762) em Quatro Regiões Bioclimáticas do Estado da Paraíba.</u>	UEPB
13. Lindomar de Farias Belém	<u>Implantação do Programa de Farmacovigilância no Hospital Assistencial da Paraíba e no Centro de Cancerologia Dr. Ulisses Pinto: um Indicador de Qualidade na Clínica Hospitalar e de Gerenciamento em Farmacoeconomia.</u>	UEPB
14. José Pires Dantas	<u>Avaliação Toxicológica Pré-Clínico da Entrecasca da Faveleira (Cnidocolus Quercifolius (Mart.) Pax et Hoff) e do Óleo de Suas Sementes.</u>	UEPB
15. Fernanda Leal	<u>Levantamento do Perfil dos Profissionais do PSF no Estado da Paraíba.</u>	UFCEG
16. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	<u>Ensaio Toxicológico Pré-clínicos com as Cascas do Anacardium Occidentale (Cajueiro), um Potencial Fitoterápico com Propriedades Anti-sépticas, Cicatrizante, Antidiarréica e Antiinflamatória.</u>	UFPB
17. Luiz Clementino Vivacqua de Oliveira	<u>Composição Etária e Perfil da Força de Trabalho dos Servidores da SES/PB no Estado da Paraíba.</u>	UFPB
18. Célia Cristina Zago	<u>Cultura Organizacional da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba.</u>	UFPB
19. Wilton Wilney Nascimento Padilha	<u>Recursos Humanos e Programação em Odontologia no Estado da Paraíba.</u>	UFPB
20. Demétrius Antonio Machado de Araújo	<u>Avaliação dos Extratos de Origem Vegetal com Potencial Leishmanicida: uma Abordagem Citotóxica.</u>	UFPB
21. Antonio Pedro de Araújo Filho	<u>Uso Racional de Antimicrobianos: Farmacovigilância versus Farmacoeconomia.</u>	UFPB/HULW

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

PERNAMBUCO

1. Alcides da Silva Diniz	<u>Perfil epidemiológico como instrumento para estratégias de intervenção na atenção à saúde do idoso no município de Camaragibe – Pernambuco – Brasil.</u>	UFPE/SMS
2. Constança Clara G. Simões	<u>Diagnóstico epidemiológico e controle da esquistossomose em focos litorâneos de Pernambuco.</u>	FIOCRUZ/CPqAM
3. Divaldo de Almeida Sampaio	<u>Estudo da viabilidade da pré-testagem para sífilis em candidatos à doação de sangue de primeira vez.</u>	HEMOPE
4. Eduardo Maia Freese	<u>Análise do perfil das doenças crônicas não transmissíveis em mesorregiões e municípios de Pernambuco: subsídios para uma proposta de vigilância epidemiológica.</u>	FIOCRUZ/CPqAM
5. Emanuel Sérgio C. dos Santos	<u>Desenvolvimento de aplicativo em sistemas de geoinformação – SIG visando o monitoramento epidemiológico do calazar.</u>	UFPE
6. Eronildo Felisberto	<u>Monitoramento das ações programáticas na atenção básica de saúde.</u>	IMIP
7. Garibaldi Dantas G. Júnior	<u>Complexo regulador da assistência a saúde: um instrumento de gestão a serviço da cidadania.</u>	FIOCRUZ/CPqAM
8. Haiana Charefker Schindler	<u>Desenvolvimento e validação de abordagens moleculares e imunológicas para o diagnóstico da tuberculose infantil.</u>	FIOCRUZ/CPqAM
9. Ilma Kruze Grande	<u>Obesidade infantil: diagnóstico, tratamento e avaliação em escolares da rede pública e privada dos municípios de Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes.</u>	UFPE/SMS
10. Maria Cristina H. Sampaio	<u>Infecção hospitalar do Hemope: um estudo avaliativo das ações de prevenção.</u>	UFPE/HEMOPE
11. Marluce Tavares de Oliveira	<u>Violência doméstica contra adolescentes: um estudo de demanda ambulatorial.</u>	UPE/CISAM
12. Paulo H. Martins	<u>Rede de vigilância, cidadania e problemas endêmicos.</u>	UFPE/CPqAM
13. Raul Antonio Moraes Filho	<u>Perfil do doador não-aparentado de medula óssea do estado de Pernambuco.</u>	HEMOPE/UPE
14. Sinval Pinto B. Filho	<u>Epidemiologia das leishmanioses na zona da mata norte de Pernambuco: incriminação de hospedeiros reservatórios, vetores e caracterização do padrão de transmissão.</u>	FIOCRUZ/CPqAM
15. Raul Antonio Moraes Melo	<u>Desenvolvimento de métodos moleculares para o estudo das homeopias em Pernambuco.</u>	HEMOPE
16. Elba Lúcia Cavalcanti de Amorim	<u>Controle da qualidade botânica, química e toxicológica de fitoterápicos comercializados no estado de Pernambuco.</u>	UFPE
17. Maria Helena N. L. Silva Filha	<u>Novas tecnologias para o controle de vetores.</u>	CPqAM/Fiocruz

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

PIAUI

1. Joaquim Vaz Parente	<u>Estudo dos óbitos de mulheres em idade fértil residentes no município de Teresina, ocorridos no biênio 2000/2001.</u>	UFPI
2. José Ivo dos Santos Pedrosa	<u>Indicadores de Promoção da Saúde como instrumento de avaliação dos sistemas municipais de saúde no Estado do Piauí.</u>	UFPI
3. Inez Sampaio Nery	<u>Mortalidade materna no Piauí: avaliação de projetos e tecnologia para controle nas Diretorias Regionais de Saúde e nos Comitês.</u>	UFPI
4. Lúcia Cristina dos Santos Rosa	<u>O impacto dos serviços substitutivos em saúde mental no provimento de cuidado doméstico ao portador de transtorno mental.</u>	UFPI
5. Lúcia Silva Vilarinho	<u>Humanização da assistência à saúde: o impacto do Programa de Humanização da Assistência Hospitalar nos hospitais do Piauí.</u>	UFPI

COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

SANTA CATARINA

1. Áurio dos Santos	Matriz estratégica de desempenho para sistemas municipais.	UNISUL
2. Maria de Lourdes de Souza	Mortalidade de mulheres em idade fértil no estado de SC.	UFSC
3. Iliada Rainha de Souza	Câncer de mama: avaliação de parâmetros informativos para diagnóstico na população de SC.	UFSC
4. Sandra Noemi C. de Caponi	Saúde e iniquidade.	UFSC
5. José Nilson Reinert	A qualidade na gestão hospitalar: diagnóstico e preposições de melhorias.	UFSC
6. Marení Rocha Farias	Análise da assistência farmacêutica relacionada ao programa de medicamentos de alto custo.	UFSC
7. Amir Mattar Valente	Sistema informatizado para operação de centros de regulação médica: desenvolvimento de um protótipo na região da Grande Florianópolis.	FEESC
8. Eduardo Concepción Batiz	Gestão de resíduos de serviços de saúde: integralidade na abordagem da biossegurança.	UFSC
9. Maria Aparecida Crepaldi	Identificando fatores de risco e proteção para o desenvolvimento de criança de 0 a 6 anos.	UFSC
10. Alcibia Helena de Azevedo Maia	Avaliação do uso de técnicas analíticas simplificadas nas intoxicações agudas.	UFSC
11. Jucelene Marchi Blatt	Estudo epidemiológico das parasitoses intestinais em portadores de HIV+, com diarreia, atendidos no hospital-dia de Itajaí - SC.	UNIVALI
12. Nen Nalú Alves das Mercês	A qualidade de vida dos portadores de câncer submetidos ao transplante de medula óssea.	UNIVALI
13. Rosita Saupe	Competência dos recursos humanos em saúde para a consolidação do sus/programa/estratégia de saúde da família.	UNIVALI
14. Jane Mary Lafayette Neves Gelinski	Avaliação da qualidade higiênica dos serviços das unidades de alimentação, nutrição e lactário na rede de hospitais pertencentes à região do meio-oeste de SC.	Unioeste
15. Selma Cristina Franco	Qualidade da atenção básica de saúde de Três Barras: a satisfação do usuário.	UNIVILLE
16. Esther Jean Langdon	Subsistema de atenção à saúde do índio em SC (distrito sanitário especial indígena interior sul): o papel do agente indígena de saúde e a articulação entre as práticas da medicina tradicional e a biomedicina.	UFSC
17. Clodoaldo Antônio de Sá	Prevalência de hipertensão arterial sistêmica e sua relação com a obesidade e aspectos do estilo de vida de indivíduos de ambos os sexos residentes na região de abrangência da secretaria de desenvolvimento regional do meio-oeste.	Unioeste
18. Anna Paula Piovezan	Estudo etnofarmacobotânico de plantas medicinais utilizadas por comunidades assistidas pela pastoral de saúde em cidades da Amurel - SC.	UNISUL
19. Claus Troger Pich	Validação do conhecimento popular de plantas que auxiliam no tratamento do diabetes mellitus na região de Criciúma.	UNESC
20. Rogério Henrique Hildebrand da Silva	Desenvolvimento de estratégias de atuação e indicadores de acompanhamento e avaliação das equipes de saúde bucal junto ao programa de saúde da família - PSF.	UNISUL
21. Mercedes Gabriela Ratto Reiter	Avaliação da qualidade em banco de leite: proposta de garantia e segurança alimentar.	FURB

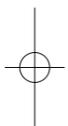
COORDENADOR

TÍTULO DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO

SERGIPE

1. Antonio César C. de Oliveira	Composição corporal como indicador de saúde em adolescentes e adultos de Aracaju (SE).	UFS
2. César Ricardo Siqueira Bolaño	A dinâmica da cadeia produtiva da saúde em Sergipe e a atuação do poder público.	UFS
3. Jenny Dantas Barbosa	Desenvolvimento e produção de fitoterápicos de plantas do semi-árido sergipano.	UFS
4. Rita de Cássia Trindade	Perfil de resistência de linhagens de <i>Micobacterium tuberculosis</i> isoladas no Estado de Sergipe às drogas utilizadas no tratamento da tuberculose pulmonar e aos extratos vegetais empiricamente utilizados.	UFS
5. Lauro Xavier Filho	Avaliação do Caldo Fermentado de kefir no Combate à Morbidade e Mortalidade Infantil por Diarreia.	ITP/Unit
6. Eduardo Antônio Conde Garcia	Estudo de compostos bioativos da flora do NE do Brasil, visando ao desenvolvimento de fármacos destinados ao tratamento de arritmias cardíacas.	UFS
7. Humberto Reis Matos	Estudo da atividade antioxidante e antidiabetes do fruto da catingueira (<i>Caesalpinia pyramidalis</i>).	UFS
8. Jenny Dantas Barbosa	Gestão de recursos humanos nos programas do SUS: o caso do semi-árido de Sergipe.	UFS
9. Murilo Marchioro	Avaliação do potencial terapêutico da <i>Sida cordifolia L (malvaceae)</i> : efeitos sobre o sistema cardiovascular e sistema nervoso central.	UFS



Impressão e acabamento
Lasercor Reproduções Gráficas e Editora Ltda
Endereço: SIG Qd. 04 Lote 175
CEP: 70610-440
Fone: 344-1007
Fax: 344-3428



Parcerias
CNPq FAP Fundos de Ciência e Tecnologia Secretarias Estaduais de Saúde

Ministério da Saúde

